

■ Câmara retém dinheiro apreendido de escritório suspeito

REPRODUÇÃO

Apesar de ter encerrado a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde há quatro meses, os deputados distritais ainda não repassaram os R\$ 55 mil apreendidos durante uma diligência, realizada no ano passado no escritório do advogado Carlos Eduardo de Freitas Guimarães, localizado à Rua Buenos Aires, no Rio de Janeiro. Esse dinheiro está em uma conta-poupança no BRB em nome da Câmara Legislativa.

Guimarães é acusado de vender, ilegalmente, medicamentos de alto custo de fabricação estrangeira e foi preso em flagrante em outubro passado e continua na cadeia. O processo

contra ele tramita na 4ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Ao analisar o extrato da poupança e os ofícios assinados pela presidente da CPI, deputada Eliana Pedrosa (PFL), o promotor de Justiça Clayton Germano informou que pedirá aos deputados distritais a transferência do dinheiro.

— Vamos solicitar que façam o depósito em juízo — disse Germano, integrante da força-tarefa que investiga as irregularidades na Secretaria.

Defesa — Assessores da pefelista afirmaram que o processo sobre a verba foi encaminhado para os ordenadores de des-

-BRB-
-BRB-
-BRB-
-BRB-
-BRB-
-BRB-
-BRB-

Recibo de Depósito em C/P
BRB - Banco de Brasília 13/10/2005 16:54
PA:218 T.:3006 TRN:281500 NSU:00225182
Conta Poupança: 2180043389
Favorecido: CÂMARA LEGISLATIVA DO DF
Forma do Depósito:
Dinheiro:.....R\$R\$.155.000,00
Cheque BRB:.....0000 / R\$ 0,00
Cheque 20hs:.....0000 / R\$ 0,00
Cheque 48hs:.....0000 / R\$ 0,00
Cheque Nacional:.....0000 / R\$ 0,00
Total:.....R\$R\$.155.000,00
AUTBRB: B2A6CASF

Extrato bancário revela que o dinheiro apreendido ainda está em conta-poupança da Câmara

pesa da Câmara, órgão responsável pelo encaminhamento. Sem noção do que fazer com o dinheiro, enviaram os documentos para a Procuradoria Geral da Casa.

— Há dez dias, o processo chegou as minhas mãos. Fiz uma petição para a 4ª Vara Criminal e estou aguardando a resposta — afirmou o procurador da Câmara, Geraldo Martins.

A lentidão, segundo ele, é justificável, uma vez que a operação tramita por vários setores do Legislativo.

— Demorou porque as pessoas não sabiam como proceder diante de uma situação como essa — explicou. (E.R.)